

CORREIO BRAZILENSE  
03 FEV 1987  
A 3

POLITICA

# Constituinte acolhe senad

Foi a primeira decisão do plenário, que depois e

Os senadores eleitos em 1962 participaram da elaboração da nova Carta Magna, ainda que não tenham recebido expressa delegação popular para esta missão. Foi o que decidiu ontem o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, por 394 votos contra 126 e 17 abstenções.

Ao atender questão de ordem levantada pelos deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE), submetendo ao plenário a participação dos senadores, o ministro Moreira Alves reforçou a soberania da Assembleia sobre todos os Poderes. Se os parlamentares tivessem pedido pela exclusão dos eleitos de 82, contra o parecer do próprio presidente do STF, eles estariam, na prática, alterando a redação da emenda constitucional nº 26, que convocou a Constituinte, e poderiam, em tese, anular todos os atos decorrentes da atual Carta.

## ATRASO

A sessão de ontem da Constituinte começou com duas horas de atraso. As 18 h o ministro Moreira Alves chegou ao plenário para presidir os trabalhos.

Do microfone de apertes, o deputado Aécio Neves (PMDB-MG) propôs que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao seu avô, presidente Tancredo Neves, "o grande inspirador e mártir da Assembleia Constituinte". O pedido foi atendido, sob aplausos dos presentes.

A seguir, o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) pediu a palavra para questionar a participação dos senadores eleitos em 82 na elaboração da Constituição, requerendo a deliberação do assunto pelo plenário. Foi apoiado pelo líder do PCB, Roberto Freire, segundo o qual a presença daqueles parlamentares comprometeria a própria lisura da Assembleia.

Contestando a questão de ordem, o senador Fabio Lucena (PMDB-AM) afirmou que a exclusão dos senadores seria inconstitucional, uma vez que a emenda nº 26 não distingue entre os

eleitos de 82 e os de 86. Da mesma forma, o líder do PTB na Câmara, Gastoni Righi, defendeu o respeito à Constituição vigente: "Os pseudodemocratas estão querendo copiar o que a ditadura militar fez durante vinte anos: cassar mandatos".

O líder do PFL, deputado José Lourenço, também reagiu contra a proposta, taxando-a de autoritária e ilegal. Do líder pedetista Brandão Monteiro, partiu a defesa da exclusão dos eleitos de 82. Na hora de votar, contudo, ele respeitou a decisão do diretório do seu partido e "contra minhas convicções pessoais", optou pela permanência dos senadores na Constituinte.

O senador Jarbas Passarinho e o deputado Amaral Netto, líderes do PDS nas duas Casas, também se pronunciaram contrariamente à questão de ordem. O peemedebista Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, defendeu a participação dos eleitos de 82 mas pediu que o assunto fosse submetido ao plenário, a fim de que a própria Constituinte revalidasse aqueles mandatos.

Luitz Ignácio da Silva, como líder do PT (condição que ele precisou informar à Mesa, que a desconhecia), colocou o assunto como pressuposto da soberania da Constituinte. Foi apoiado pelo líder do PC do B, Haroldo Lima.

Após a sessão de ontem, os líderes, o ministro Moreira Alves pronunciou-se, afirmando que a atual Constituição concede aos senadores de 82 o direito de participação na Constituinte. Fez questão de deixar claro, contudo, que de sua decisão caberia recurso ao plenário, o que foi imediatamente solicitado pelo deputado Plínio de Arruda.

Moreira recusou outra questão de ordem, levantada pelo petista José Genoino, que não queria os senadores sequer na votação sobre sua participação nos trabalhos constituintes. Finalmente, o plenário conseguiu deliberar a respeito: 394 constituintes disseram sim à atual Constituição, 126 disseram não e 17 se absteram.

LIUZ MARQUES